

MATÉRIA :GESTÃO ESCOLAR - TD

PROFESSOR: Eucidio Pimenta Arruda -

TATIANA A.OLIVEIRA

DATA 26/12/2020

Atividade 1: Princípios da administração pública nas escolas

Caso 1:

O diretor de uma escola lança um edital para licitar a compra de equipamentos de informática para o laboratório. Para participar é necessário que as empresas possuam uma série de documentos obrigatórios e que entreguem tudo pessoalmente na secretaria da escola. O edital indicou ainda que a empresa precisaria ter sede no bairro no qual a escola se encontra.

A publicação do edital ocorreu dia 12 de agosto e a data de inscrição se estendeu dos dias 13 a 14 de agosto, com resultado previsto para dia 15 de agosto.

Como Participar de Licitações Públicas

Como participar de licitações públicas

A licitação é um método isonômico e consiste num procedimento administrativo obrigatório para contratação de serviços ou aquisição de produtos, que antecede a assinatura de contratos com a Administração Pública. Para participar de uma licitação, é indicado seguir alguns trâmites, o que torna a sua participação mais efetiva e evita a desclassificação no decorrer do processo.

Passo 1. Documentação necessária para o processo de licitação

O primeiro passo para quem tem algum negócio e deseja ofertar bens ou serviços a um setor público, antes de mais nada, é organizar toda documentação necessária para participar de uma licitação pública.

O interessado nesse processo de licitação tem de efetuar seu cadastro nos diversos órgãos públicos de cadastros de fornecedores da Administração Pública. Para obter esse registro, a Lei nº 8.666/93 de Licitações estabelece quais documentos devem ser apresentados aos seus departamentos de cadastro. Esses documentos servem para comprovar os seguintes aspectos: habilitação jurídica; qualificação técnica; qualificação econômico-financeira e regularidade fiscal.

1.Habilitação jurídica

Em um processo licitatório, a habilitação jurídica auxilia na identificação da empresa, dos sócios, dos administradores e do seu ramo de atividade.

A comprovação da habilitação jurídica é feita por meio da apresentação do contrato social em rigor e das alterações contratuais devidamente registradas no órgão competente, como: Junta Comercial ou Cartório local.

2. Qualificação técnica

A qualificação técnica de uma empresa é comprovada através dos atestados e/ou declarações que servem como confirmação da aptidão técnica para o desempenho da atividade. Simplificando: você comprova com documentos a sua habilidade ou capacidade de fazer, de executar, de desenvolver ou realizar alguma coisa. A instituição licitante avaliam sua experiência e competência dessa forma. Essas declarações e atestados formam o acervo técnico da sua empresa.

Todos os serviços executados ou fornecimentos realizados devem ser atestados por declarações fornecidas pelo contratante. As declarações têm que ser bem detalhadas, precisam retratar de maneira específica os materiais, produtos e serviços fornecidos.

Para a comprovação de uma qualificação técnica é necessário a apresentação dos seguintes documentos:

- - Balanço patrimonial do último exercício social;
-

- Garantia limitada a 1% do valor estimado da licitação pública;
-
- Prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial;
- Declaração que cumpra com o artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e qualquer trabalho a menores de 16 anos.

3. Qualificação econômico-financeira

Para comprovar a qualificação econômico-financeira de uma empresa interessada em licitação, é necessário ter em mãos o balanço patrimonial e as demonstrações contábeis do último exercício social da empresa, com início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro.

No caso de ser uma empresa recentemente constituída, pode ser apresentado o balanço de abertura, que precisa demonstrar a boa situação financeira da empresa.

É possível conferir se a situação de uma empresa é confortável por meio do cálculo dos índices contábeis quando esses são maiores que 1. Esses índices são detalhados pelo contador da sua empresa.

Também faz parte da comprovação da qualificação econômico-financeira de uma empresa a apresentação da certidão negativa de falência, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, normalmente, no fórum da cidade sede da empresa.

O capital social mínimo ou patrimônio líquido mínimo pode ser exigido como item de qualificação econômico-financeira numa licitação. O patrimônio líquido será apurado através do balanço e é dividido em: capital social; reservas de capital; reservas de reavaliação; reservas de lucro e lucros ou prejuízos acumulados.

O balanço de um exercício social será válido até o dia 30 de abril do ano seguinte.

4. Regularidade fiscal

Para provar a regularidade fiscal de uma empresa, você deve apresentar alguns comprovantes de cadastramento e certidões, como:

- - Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) no Ministério da Fazenda;
- - Inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal;
- - Certidão Negativa de Débitos de Tributos e Contribuições Federais;
- - Certidão Negativa de Débito;
- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF.

Mantenha um controle ativo e permanente das certidões quanto aos seus prazos de validade. Isto agiliza o processo na hora da obtenção de outras certidões em substituição às que estão prestes a vencer.

Considere sempre que algumas entidades exigem um prazo de no mínimo 15 dias para a análise da documentação.

Minha Opinião

Eu acredito que é um processo longo, mas necessário para organização e garantir que os equipamentos chegue na escola de maneira que esteja tudo funcionando e com a garantia de manutenção das máquinas futuramente.

Como é uma escola, o município ou o estado deve ter sim um controle dos equipamentos que as escolas necessitam, é bom para manutenção do controle do orçamento que deve ser implementado para uma educação pública melhor. Deve ter cuidado das empresas que não tem seus contratos organizados, pois pode ter muitas fraudes com intuito de ter o processo de adquirir os equipamentos de forma ilegal.

Eu acho que o tempo que demora para adquirir esses equipamentos como é no exemplo 1 pode ser um pouco mais rápido, se tivesse uma equipe mais ampla e organizada para atender muitas demandas de licitações de diversas naturezas.

Caso 2

A partir do levantamento de dados das avaliações e a elaboração de ações para melhoria da educação conforme os resultados, o colegiado da escola está agindo de acordo com os princípios de publicidade e eficiência. Dessa forma, analisa e age de forma transparente em relação ao desempenho da escola, onde todos os professores e também os pais e responsáveis tomam conhecimento dos dados; além disso, as ações da escola para melhorar a educação, inclusive com o envolvimento de toda a comunidade pode ser uma forma econômica de lidar com os problemas, pois conta com as ideias e a proatividade de pessoas que têm perspectivas diferentes sobre como o ensino poderia ser gerido.

Eu tive oportunidade de acompanhar a vida escolar de dois meninos cujo os pais, não são responsável pelas algumas necessidades principais que eles precisam para ter um rendimento melhor no colegio.

Agora essa escola publica tem toda estruturas físicas, para atender as atividades proposta no programas, eles reúne uma vez no mês para apresentar o que é feito lá dentro.

Uma das dificuldade que encontro é a relação entre alunos e professores e até mesmo entre os filhos e os pais.

Essa pandemia mostrou para muitas familia algumas deficiencia que o apreendizado dos alunos do ensino fundamental e médio se encontra. Eles não estão acostumado a ter uma rotina de estudos e nas realizações de tarefas dentro do lar. Pelo fato deles estarem acostumados com algumas horas dentro da escolas e chegam dentro de casa faz as atividades propostas e pronto. Agora nessa pandemia as familias estão com dificuldade de adaptarem essas rotinas para melhorar as deficiencias do apreendizado. Pais, crianças e os jovens deve manter um plano de ensino dentro dos lares. Para tentar tirar a criança e o adolescentes em atividades que não vão dar um suporte melhor na vida academica e profissional do individuo. É muito complicada essa questão, pois muitas familias brasileiras não considera de extrema importancia o apreendizado dentro de lares como prioridade, muitas vezes por negligencia, mas também por condições de não estarem com eles dentro do lar por motivo de trabalho ou outras questão, e assim a criança e o jovem não são devidamente treinados e educado para ter uma diciplina e dedicacão necessaria para ter um aproveitamento melhor no futuro. Algumas familias não repreende a crianças ou o jovem de buscarem respostas fácil das atividades isso prejudica muito principalmente para a criança e o jovem que já não tem um interesse mais nas atividades escolares. Elas tem que erra, e fazer outras vezes ate apreender realmente a materia, deve ter paciencia esforço e dedocação a mais do que lhe é proposto

Outra questão que deve ser discutido ou colocar novamente em pauta, as escolas estão passando as crianças e o adolescente de ano escolares sem ter realmente apreendido o coteudo necessario para o proximo ano. Quando chega no periodo de buscarem fazer um curso universitário percebe a deficiencia causada nesse periodo escolar que não foi devidamente corrigido. Ser reprovado muitas vezes é uma grande oportunidade de rever o que realmente não foi apreendido. Não é motivo de humilhação ou vergonha...

Acredito que o sucesso maior da vida escolar não necessariamente é totalmente responsabilizado das escolas e órgão governamentais, o sucesso depende das famílias, princípios e virtudes que deve ser ensinado e cobrado dentro do lar.

Referencias

<https://www.institutounibanco.org.br/aprendizagem-em-foco/8/>

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022015001001367

Caso 3

O professor que tentou direcionar seu ex-aluno para a escola em que trabalha agiu contra os princípios da legalidade, moralidade e impessoalidade. Na posição de servidor, esse professor deve cumprir a lei, a qual estabelece que não deve haver manifestação de apreço ou despreço na administração pública, nem o favorecimento de conhecidos e parentes. Nesse caso, o recém concursado seria favorecido, o que no caso de uma região de lotação de servidores muito concorrida, como Belo Horizonte, por exemplo, seria injusto com outros concursados.

Nossa... Eu particularmente não gosto de pensar nessas questão, pois os cargos publicos deve agir de forma justa com a capacidade do idividuo que está no processo de seleção.

Eu sempre quis concorrer um processo de seleção para trabalhar em bancos. mas por mais que possa se dar bem na prova muitas vezes a pessoa consegue uma nota boa para concorrer, mas não é chamado pois a vaga foi direcionada para um parente, amigo ou conhecido de alguém que já está lá dentro da empresa. Acredito que é uma falta de respeito muito grande pelo ser humano. Isso causa uma desesperanças e falta de fé na vida de muitos brasileiros como se o progresso e o desenvolvimento pessoal e profissional é para alguns e não para todos.

Essas pessoas que bulam o sistema de alguma forma deveria ser ivestigado e penalizado devidamente.

Referências

<https://lfq.jusbrasil.com.br/noticias/1990741/fraudes-em-processos-seletivos>

<https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2020/01/mp-investiga-fraudes-em-processos-seletivos-de-candelaria-ck4xbwosz02f201nv07nfctbc.html>

Caso 4

Nesse caso, as ações do governo estadual para o ensino remoto nas escolas descumpriram os princípios de legalidade, moralidade e publicidade dos atos públicos, já que o certo seria abrir procedimento de licitação para que houvesse condições igualitárias de participação dos interessados no processo, além de transparência para a sociedade. Dessa forma, há indícios de que inclusive houve infração do princípio da impessoalidade, pois se não ocorreu licitação ou processos seletivos, pode ter havido favorecimento indevido de pessoas para que realizassem os serviços.

Estamos caminhado para ser tudo remotamente. Mas acredito que muitas escolas para facilitar a vaga e outras questão passam por cima dos processos legais para um bom funcionamento do ensino remoto.

Se for ver é muito bom trabalhar ou estudar no lar, isso evita muitos gastos que de outras formas precisariam de investir para realização das atividades escolares e profissionais.

Tem que ter penalidades para os sistemas burlados. Pois ambos são prejudicados tanto o aluno quanto a instituição.

O ensino remoto tem suas falhas também, pois o convívio os relacionamentos interpessoal influenciam muito no desenvolvimentos. E as atividades realizada muitas vezes não são levada a serio, pela facilidades de resoluções na internet. Mesmo o ensino presencial também tem essa dificuldade.

Os pontos positivo

Requer mas da pessoa esforços e dedicação para dominar melhor o assunto. Requer mais diciplina concentração foco.

Se todos fazer bem seus papel o ensino remoto poderia ser uma solução para muitas pessoas.

Referências

<https://proec.ufabc.edu.br/epufabc/ensino-remoto-na-educacao-basica/>

<https://porvir.org/ensino-remoto-o-que-aprendemos-e-o-que-pode-mudar-nas-praticas-e-politicas-publicas/>